

Ramagem recebeu informações da Abin após saída

Ex-superintendente do órgão no Rio, Victor Carneiro confirma entrega de lista de operações e custos das ações da agência no estado. PF apura se deputado acessou relatórios com dados de inteligência e inquéritos policiais

PATRICK CAMPOREZ
perfil@globo.com.br

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) recebeu, no ano passado, informações sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no Rio de Janeiro mesmo após sua saída do comando do órgão. A agência foi fechada pelo parlamentar durante boa parte do governo de Jair Bolsonaro, entre julho de 2019 e março de 2022.

As informações foram repassadas a Ramagem pelo oficial de inteligência Victor Felismino Carneiro, que sucedeu o deputado federal no comando da agência de abril de 2022 até dezembro de 2023. Ao GLOBO, Carneiro confirmou ter entregue ao parlamentar uma lista de operações que a Abin realizou no Rio e uma relação de custo aproximado de cada ação.

— Entrei em contato e passei informações referentes à operação no Rio, mas não era documento oficial — disse Carneiro.

Procurado, Ramagem não manifestou. No fim do ano passado, quando o deputado recebeu informações de Carneiro, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso e a Abin passaram a levantar dados sobre a utilização de recursos da agência durante o governo Bolsonaro para pagar informantes no Rio. O intuito

era apurar se havia alguma irregularidade na destinação, o que nunca foi comprovado.

Diante dessa apuração, Carneiro, que foi superintendente da Abin no Rio de Janeiro sob o comando de Ramagem, ligou para o deputado e passou informações sobre as operações de inteligência realizadas no estado.

— Foi um fato específico. Eu estava na linha de tiro. Por isso, procurei Ramagem — afirmou Carneiro, justificando ter repassado informações ao deputado apenas para fins de esclarecimento.

SUSPEITAS

Ramagem é investigado pela Polícia Federal (PF) por suspeita de receber informações da Abin mesmo após ter deixado o comando da agência. Durante as buscas realizadas no gabinete do parlamentar na Câmara, agentes encontraram informações que podem estar relacionadas com a Abin. O material está sendo analisado por peritos.

A PF apura ainda se Ramagem se valia do acesso a informações sigilosas para beneficiar membros da família Bolsonaro. Um indicio encontrado pelos investigadores foi uma mensagem enviada por uma assessora do vereador Carlos Bolsonaro (República-Brasil) com pedido de dados de um inquérito da Polícia Federal "envolvendo PR e 3 filhos", em possível referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos — Flávio, Carlos e Eduardo Bolsonaro.



Informado, Ramagem, na Câmara: PF apura se deputado acessou dados de inteligência após deixar comando da Abin

Filho de um general da reserva, Carneiro foi capitão do Exército e, após 16 anos no quartel, abdicou da carreira militar para, em 2010, integrar a Abin e atuar em operações no Mato Grosso e na área de relações institucionais. Durante o governo Bolsonaro, teve uma ascensão meteórica — passou do Centro de Cooperação Policial Internacional para superintendente no Rio de Janeiro, reduto eleitoral do clã Bolsonaro, e assu-

QUE PESA CONTRA O PARLAMENTAR

Acesso indevido

A Polícia Federal apura a suspeita de que Ramagem recebeu informações sigilosas da Abin mesmo após ter deixado o comando da agência. Uma mensagem enviada por uma assessora do vereador Carlos Bolsonaro indica, para os investigadores, que o hoje deputado se valia do acesso para beneficiar membros da família do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Monitoramento

Ramagem também é alvo de investigação sobre a suspeita de uso ilegal de um programa de monitoramento de celulares por parte de agentes da Abin, durante sua gestão na agência. Ele nega irregularidades. A arapongagem clandestina teria sido feita por meio do uso do software First Mile e mirado desfilteles de Bolsonaro, inclusive autoridades.

miu a chefia do órgão. No governo Lula, ele passou a atuar na segurança orgânica da agência, atualmente sem cargo de confiança.

Carneiro entrou na mira da PF após ter o nome citado pelo general da reserva Augusto Heleno, então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), durante reunião no Palácio do Planalto na qual Bolsonaro pediu a ministros para intensificar os ataques ao sistema eleitoral do país.

Na ocasião, Heleno disse a Bolsonaro que havia conversado com Carneiro para infiltrar agentes da Abin nas campanhas eleitorais, mas via risco de eles serem descobertos. Ele foi interrompido pelo então presidente, que pediu para conversar sobre o assunto "em particular". A declaração foi registrada em vídeo em 5 de julho de 2022.

Carneiro, que não foi alvo da operação, admite ter falado com Heleno sobre o tema, mas diz que dará explicações sobre o caso diretamente à PF. Na semana passada, o ex-chefe da Abin prestou depoimento no inquérito que investiga o uso do programa espionagem First Mile para monitorar a localização de celulares em todo o país, conforme o GLOBO revelou em março do ano passado.

Procurado, o advogado Bernardo Fenelon, que defende Carneiro, disse que as manifestações serão feitas apenas nos autos.

PF ouve ex-presidente, militares e ex-ministros por trama golpista

Bolsonaro já sinalizou que ficará em silêncio durante seu depoimento

DANIEL GULLONE E PAOLA SERRA
perfil@globo.com.br

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 14 pessoas devem prestar hoje depoimento à Polícia Federal no âmbito da investigação sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado. A lista inclui quatro ex-ministros de seu governo — Walter Braga Netto (Defesa), Augusto Heleno (Cabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio No-

gueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça) —, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-comandante da Marinha Almir Garnier.

Os depoimentos foram marcados para ocorrer de forma simultânea, a partir das 14h30. Onze deles serão realizados em Brasília e três no Rio de Janeiro. Todos os intimados foram alvos da Operação Tempus Veritatis, deflagrada há duas semanas por determina-

ção do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

TENTATIVA DE ADIAR

O ex-presidente informou que ficará em silêncio no depoimento e chegou a pedir para ser dispensado de comparecer, mas a solicitação foi negada por Moraes. Ontem, o ministro negou pela terceira vez pedidos da defesa de Bolsonaro para ter acesso a provas da investigação e reafirmou a

Quem foi intimado

> Depoimentos em Brasília:

- > Jair Bolsonaro (ex-presidente)
- > Walter Souza Braga Netto (ex-ministro)
- > Augusto Heleno (ex-ministro)
- > Anderson Torres (ex-ministro)
- > Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro)
- > Almir Garnier (ex-comandante da Marinha)
- > Valdemar Costa Neto (presidente do PL)

- > Marcelo Câmara (ex-assessor)
- > Tercio Arraúf (ex-assessor)
- > Mário Fernandes (ex-secretário)
- > Cleverson Ney Magalhães (coronel da reserva)

> Depoimentos no Rio:

- > Alilton Barros (advogado e ex-maior)
- > Rafael Martins (major)
- > Sérgio Cavaliere (tenente-coronel)

obrigatoriedade do comparecimento do ex-presidente. De acordo com as investigações da PF, há "lados que comprovam" que Bolsonaro "analisou e alterou uma minuta de decreto que, tudo indica, embasaria a consumação do golpe de Estado em andamento". A defesa do ex-titular do Planalto nega que ele tenha participado da "elaboração de qualquer decreto que visasse alterar de forma ilegal o Estado Democrático de Direito". Entre os ex-ministros de Bol-

sonaro que serão ouvidos hoje pela PF estão auxiliares presentes na reunião de julho de 2022 que, para a corporação, teve "dinâmica golpista". É o caso de Augusto Heleno. O ex-ministro do GSI, afirmou, na reunião ministerial, que se "teve que virar a mesa antes das eleições" e que era necessário agir "contra determinadas instituições e contra determinadas pessoas". Também relatou ter discutido um plano para infiltrar agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em campanhas eleitorais.

Ex-ministro da Defesa e candidato a vice na chapa à reeleição de Bolsonaro, Braga Netto é outra figura-chave para as investigações. Ele teria atuado na incitação contra membros das Forças Armadas que não aderiram à tentativa de golpe.

Barroso critica politização com 'general em palanque'

Para presidente do STF, militares em postos de comando ajudaram a 'impedir avanço do sentimento golpista' na tropas

PAOLA SERRA
perfil@globo.com.br

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, criticou o que classificou como "politização indevida" das Forças Armadas nos últimos anos. O magistrado comentou o inquérito da Polícia Federal sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado articulada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no qual militares em cargos de liderança na antiga gestão são investigados.

— A pior coisa que existe pa-

ra a democracia é general em palanque. Houve uma politização indevida a ser lamentada, mas acho que as instituições prevaleceram, conseguiram recuperar a institucionalidade — disse, em entrevista à GloboNews divulgada ontem.

O ministro citou o nome de oficiais do Exército que ocuparam postos de comando e, segundo ele, ajudaram a "impedir o avanço do sentimento golpista" nas tropas. Entre os militares estão o general Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro; o general Marco Antônio Freire Gomes, que comandou

o Exército também na gestão do ex-presidente; e o general Tomás Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército.

— Infelizmente, se reavivou uma assonbrança que já achávamos enterrada na vida brasileira, que é a do golpismo. A verdade é que as Forças Armadas no período pós-1988 tiveram um comportamento exemplar e recuperado o prestígio que a instituição merece — acrescentou o magistrado.

NADA A ESCONDER

Barroso abordou ainda o discurso proferido por Bolsonaro em que levantava suspeitas sobre a votação eletrônica, cuja



Resposta: Barroso durante sessão do Supremo: 'Est tuções prevaleceram'

lisura, segundo ele, é inquestionável. O ministro elencou as providências tomadas por ele à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

— Montei uma comissão de transparência porque nós não tínhamos nada a esconder. (...) Chamei as Forças Armadas, e preciso dizer, lamentan-

do muito, que tiveram um comportamento bastante decepcionante. Chamei para dar transparência, para ajudar na segurança, para prestigiar a instituição e eles acabaram sendo manipulados para levantar desconfianças e inspetas infundadas — afirmou.

As investigações da PF revelaram que, na reunião de Bolsonaro e ministros com "dinâmica golpista", em 2022, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, tratou o TSE como inimigo e afirmou que a comissão de transparência da Corte era "pra inglês ver".

A GloboNews, Barroso também enfatizou que não há ainda ferramentas para frear o impacto da inteligência artificial na produção de desinformação. O ministro defendeu que a solução passa pela credibilidade da imprensa ao divulgar informação de qualidade.